



**Amigos
da Terra
BRaSiL**

MAIO // 2019

NEM AQUI, NEM EM LUGAR ALGUM: DENÚNCIAS E RESISTÊNCIAS AO AVANÇO DA MINERAÇÃO SOBRE O BIOMA PAMPA





A **Amigos da Terra Internacional** é a maior organização de base ambiental do mundo. Tem 75 grupos nacionais e mais de dois milhões de membros e simpatizantes em todo o mundo.

A **Amigos da Terra Brasil** faz parte da federação desde 1983.

Colaboraram com este material: **Conaq** (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas); e **Marcha Mundial das Mulheres**. A **SSNC** (Sociedade Sueca de Proteção ao Clima, sigla em inglês) financiou esta impressão.



Swedish Society
for Nature Conservation

maio /// 2019
tiragem

500 exemplares

contato

+55 51 3332.8884

secretarianatbr@

gmail.com

Na capa, o Camaquã hoje, presente a preservar. **Na contracapa**, o futuro a evitar, com o avanço da mineração sobre povos e territórios.

A GUERRA PELOS BENS COMUNS:
MERCADO E ESTADO DO MESMO LADO

p5

O MONOCULTIVO DE ÁRVORES NO
PAMPA: **UMA RELAÇÃO DE CONFLITO**

p7

PROJETO **CAÇAPAVA DO SUL**

p10

A EMPRESA: **GRUPO VOTORANTIM**

p11

RESISTÊNCIAS

p12

VALE DO RIBEIRA **VS.**
GRUPO VOTORANTIM

p13

O "MUSEU" LEGADO DAS ÁGUAS:
A CONSERVAÇÃO INTOCÁVEL

p15

MULHERES: DEFESA DO TERRITÓRIO
POR MEIO DA **AGROECOLOGIA**

p16

PRESERVAÇÃO PARA **QUE(M)?**

p18



foto Movimento pela
Soberania Popular na
Mineração

O RIO GRANDE DO SUL SERÁ UM NOVO CARAJÁS?

As mineradoras têm sede, sempre tiveram. E agora viram suas máquinas em direção ao pampa gaúcho e ameaçam as populações tradicionais e originárias da região - o dano nunca é só ambiental, e esse em si já é irreparável: ora, por que insistem em falar em reparação? Por trás da ofensiva, está o Grupo Votorantim: e o Vale do Ribeira, outra área devastada pela atividade mineira da empresa, é exemplo do que o Rio Grande do Sul não quer ser. E nem **Carajás**. Afinal, há quem resista, sempre há, e estas repetem aos ventos: mineração? Aqui não! - e nem em qualquer outro lugar.

A região de Carajás é um símbolo importante para os lutadores e as lutadoras do povo, marcada por grandes conflitos impostos pelo capital mineral. Na região, localiza-se a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás, no Pará, ligada ao Projeto Grande Carajás, da empresa Vale. Em 2016, uma extensão do projeto Grande

Carajás é inaugurado, o S11D, em Canãa dos Carajás, também da empresa Vale. É considerado o maior empreendimento de exploração de minério de ferro do mundo, com investimento de 6,4 bilhões de dólares. Esta é uma referência do Movimento pela Soberania Popular da Mineração (MAM), ao denunciar o que pode ocorrer no estado.

O estado está em alerta! Movimento sociais, pesquisadores, organizações de lutas, estão todos atentos e em resistência ao capital agro-mineral que está querendo pôr os pés no Rio Grande do Sul. O que está sob ameaça são os modos de vida dos povos e das comunidades tradicionais e a vasta biodiversidade do **Bioma Pampa**. A conjuntura política é preocupante: o atual governo tem intenções reais de flexibilizar ainda mais a legislação para exploração de minérios, inclusive em terras indígenas e quilombolas demarcadas. E toda atenção é pouca: a lista de crimes ambientais associados à atividade da mineração no Brasil é grande e só aumenta. O fato mais recente é o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em **Brumadinho**, região metropolitana de Belo Horizonte. E, a julgar pelas medidas governamentais tomadas nos últimos anos, é provável que os problemas se agravem ainda mais.

Trata-se de um dos crimes que mais matou trabalhadores na história do Brasil: Entre mortos e desaparecidos, são mais de 300 pessoas.

O número de projetos para o Rio Grande do Sul vem aumentando e essa discussão está passando à margem da sociedade civil, dos movimentos sociais e daqueles que terão seus modos de vida afetados com estes projetos. Os interesses diversos de setores dos ramos da mineração, imobiliário, turístico e do agronegócio, muitas vezes com conivência do poder público, ameaçam constantemente a segurança dos territórios dos povos e comunidades tradicionais do Pampa, assim como a segurança hídrica das populações da Metade Sul do estado. Atualmente, no estado, três megaprojetos de mineração estão em fase mais avançada para iniciar suas atividades: Três Estradas, Caçapava do Sul e Retiro. Estes estão localizados no bioma Pampa, território de alta sociobiodiversidade, mas também de vulnerabilidade ecossistêmica frente ao avanço da degradação ambiental, habitado e preservado por um conjunto de populações tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganas/os, pomerano, pescadoras/es artesanais, benzedadeiras/os, povo de terreiro, pecuarista familiar, etc).

O projeto denominado “Caçapava do Sul” prevê a implantação de uma mina à céu aberto para extração de cobre, zinco, chumbo, prata e possibilidade de ouro, espalhando-se por uma área com cerca de 388 hectares, localizada no Passo do Caçao, no município de Bagé. O projeto é da empresa Nexa Resources, pertencente ao Grupo Votorantim, que possui um histórico de investimentos em grandes projetos no **estado**. As empresas que fazem parte do Grupo

No Rio Grande do Sul, além dos empreendimentos de mineração já existentes, há outros 162 projetos encaminhados, e mais de 100 deles são na metade sul do estado.

É no bioma Pampa que está presente uma das maiores reservas subterrâneas de água potável do mundo, o Aquífero Guarani. No entanto, o Pampa é o segundo bioma mais devastado do país, perdendo apenas para a Mata Atlântica. Em 2008, restava cerca de 36% da área do bioma com cobertura original.

Em 2004, a Votorantim Celulose e Papel adquiriu milhares de hectares no Rio Grande do Sul para o cultivo de eucaliptos, tendo forte participação no setor da celulose, contribuindo na intensificação do monocultivo de árvores do bioma Pampa.

Votorantim trabalham por meio de compensações ambientais: “preservam” a natureza em um determinado local para poder destruir a sociobiodiversidade em outro. Com o discurso compensatório, prometem a mitigação dos impactos ambientais no local de implementação do projeto, programas sociais no município, tudo para convencer a população dos “benefícios” do empreendimento.

Estes megaprojetos, como é o da Votorantim, colocam em risco e impactam profundamente o modo de vida dos territórios, as suas atividades econômicas e o meio ambiente da região. Que estratégias de convencimento usam as empresas, em prol de suas políticas de compensação ambiental, falsas e minúsculas soluções frente ao mal que causam? E com que estratégias reagem as populações atingidas, ou que poderão ser, que não querem ter seus territórios usurpados e destruídos em nome de um “progresso” atrasado e da morte de tudo o que conhecem? Veremos, ainda; mas vamos por partes:

A GUERRA PELOS BENS COMUNS: MERCADO E ESTADO DO MESMO LADO

Na última década, foi possível perceber o aprofundamento de diversas crises em todo o planeta: alimentar, energética, econômica e climática, mais uma vez evidenciando o quão este sistema de produção capitalista é falho e nem um pouco sustentável. E a forma deste sistema se retroalimentar é a exploração dos bens comuns visando a expansão do capital.

A expansão da demanda global do setor extrativista tem despertado interesses econômicos e recebido grandes investimentos de capital nacional e internacional. A atividade minerária conta com a corroboração do poder público para favorecer a implantação e execução dos projetos privados de extração de minérios. Desde o governo Dilma (PT), há a intenção de reformulação do marco legal da mineração, que se concretiza com o governo Michel Temer (MDB), com a atualização do Código de Mineração e as novas regras para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

CFEM é o imposto destinado aos municípios, Estados e à União pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. Atualmente, em torno de 2 mil município possuem atividades econômicas proveniente da mineração. Destes, estima-se que 1,2 mil municípios não recebem a CFEM.

As medidas provisórias editadas no governo Temer e as intenções já anunciadas pelo governo Bolsonaro (PSL) em flexibilizar a legislação para impul-

sionar extração de minérios é um fato que, além de suas repercussões econômicas, deve impulsionar conflitos/crimes sociais e ambientais como os que ocorreram recentemente, de forma dramática, nos municípios de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais, e em Barcarena, no Pará, e em várias outras regiões do país. Esses conflitos envolvem, entre outras questões, disputas por bens comuns vitais, como por exemplo, a água, a terra, o alimento.

No atual governo, a tendência pró-mineradoras promete se acentuar rapidamente. No terceiro mês do mandato de Bolsonaro, o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirma que o governo



Pretendemos avaliar a possibilidade de ampliar o acesso aos recursos minerais existentes em áreas restritivas a mineração, como as terras indígenas e a faixa de fronteira. Esse processo será conduzido em consulta próxima com todos os atores relevantes, tais como as populações indígenas, a sociedade organizada, as agências ambientais e, principalmente, o Congresso Nacional
- Bento Albuquerque, ministro das Minas e Energia

foto Movimento pela Soberania Popular na Mineração



pretende permitir a atividade de mineração em áreas restritas, como terras indígenas e zonas de fronteira, colocando em risco a soberania nacional, a cultura e a vida de muitas pessoas.

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul, vem despertando interesses das empresas pelo seu potencial mineral até então pouco explorado. No intuito de aquecer o setor no Estado, em novembro de 2018 é apresentado um diagnóstico setorial da mineração, denominado “Mineração no Rio Grande do Sul: Diagnóstico Setorial e Visão de Futuro”. Criado pelo governo gaúcho, trata-se da primeira etapa da elaboração do Plano Estadual de Mineração, que busca mostrar os recursos que o estado dispõe e também ser um órgão facilitador para o empreendedor. O atual governador do estado, Eduardo Leite (PSDB), já sinalizou que pretende contribuir na flexibilização das legislações estaduais sobre a mineração: “Não podemos ter processos que duram mais tempo do que o razoável para a emissão de licenças”, disse.

Com a intenção de aquecer o setor mineral no Estado, gradativamente aumentará o número de projetos para a extração de minério, assim como os conflitos sociais e ambientais e os ricos aos bens comuns como a água. Quilombolas, indígenas, ciganas/os, pomeranos, pescadoras/es artesanais, benzedeiros/os, povos de terreiro, pecuarista familiar, assentados/as, terão seus modos de vida e territórios ameaçados pelos megaprojetos de mineração. Inúmeros exemplos no Brasil e na América Latina nos alertam que o interesse do capital mineral vai contra os povos e comunidades tradicionais.

O diagnóstico ressalta os investimentos previstos no Estado que somam R\$1,3 bilhões. O projeto Fosfato Três Estradas, que prevê investimentos de R\$184 milhões e a geração de 350 empregos. O projeto Retiro, classificado como jazida nível mundial, para exploração de titânio e zircônio com investimento de R\$800 mi e 350 empregos e o projeto Caçapava do Sul de zinco, chumbo e cobre, geraria 450 empregos e investimento de R\$371 milhões no empreendimento. Caso esse montante de recursos fosse investidos na agricultura familiar e na reforma agrária, quando empregos estariam sendo gerados?

O MONOCULTIVO DE ÁRVORES NO PAMPA: UMA RELAÇÃO DE CONFLITO

Nos últimos anos, é crescente a extensão de terras cultivadas com o monocultivo de árvores no Rio Grande do Sul, sobretudo o eucalipto para a produção de celulose, destinado a suprir as “necessidades” de grandes corporações extrativas. Em 2004, o Governo estadual passou a priorizar políticas de incentivo ao setor chamado de “base florestal”, com o intuito de transformar o estado em um pólo “florestal”, ou seja, com imensa cobertura por extensas monoculturas de árvores exóticas, que não são florestas. A Metade Sul do estado, então caracterizada como de baixo desen-

volvimento econômico e social, foi a região prioritária para esses investimentos.

As corporações, compradoras de imensos territórios, além de degradarem o meio ambiente, impactaram a água, a fauna e a flora do Bioma **Pampa**,

O bioma Pampa, localizado exclusivamente no RS, representa 63% da área do estado e cerca de 2% da área do Brasil. Ainda é pouco conhecida a sua vasta biodiversidade: há registros de cerca de 500 espécies de aves e 3.000 espécies de plantas.

em função do uso intensivo de agrotóxicos e outras práticas predatórias, que também acabam gerando graves conflitos com as populações que, historicamente, vivem nessas áreas. Em setembro de 2009, após a Votorantim Celulose e Papel (VCP) adquirir a Aracruz, como saída para a crise financeira especulativa deflagrada ao final de 2008, dando origem à Fibria, que passou a compor o Grupo Votorantim, a empresa emergiu como líder global na produção de celulose de eucalipto. Ao final de 2009, ainda houve a compra da fábrica de celulose da Fibria (Guaíba/RS) pela chilena CMPC - Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (empresa de capital chileno), originando a Celulose Riograndense.

Assim, a empresa ligada ao Grupo Votorantim contribuiu de forma significativa para a intensificação do monocultivo de árvores, formando uma extensa área com vários quilômetros quadrados onde o único

A presença de fauna e flora específicas e de diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção são algumas das razões pelas quais cerca de 20% da área do bioma foi considerada com algum grau de prioridade para a conservação da biodiversidade pelo Ministério do Meio Ambiente.

foto **Douglas Freitas**





fotos Eduardo Seidl



tipo de vida existente é o eucalipto, o chamado deserto verde. Muitas lutas e resistências foram traçadas para combater esse modelo de desenvolvimento. Para comemorar o dia 8 de março de 2006, Dia Internacional de Luta das Mulheres, 1.800 mulheres da Via Campesina realizaram uma das maiores ações contra o monocultivo de eucalipto no Rio Grande do Sul. O ato organizado pelas camponesas denunciou e deu visibilidade às consequências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde em seus territórios, fomentado pela Votorantim Celulose e outras empresas.

PROJETO CAÇAPAVA DO SUL

Uma das áreas mais preservadas do Rio Grande do Sul e do bioma Pampa, habitada por comunidades tradicionais que têm um modelo de desenvolvimento baseado na pecuária e na agricultura familiar, no artesanato de lã e na produção de doces coloniais, entre outras atividades, é a região onde a empresa Nexa, ligada ao Grupo Votorantim, em parceria com a empresa Canadense IamGold pretendem iniciar a extração de minérios (cobre, zinco, chumbo, prata e com possibilidade de ouro).

O projeto intitulado “Caçapava do Sul” prevê a implantação de uma mina para a produção de 36 mil toneladas de chumbo, 16 mil toneladas de zinco e cinco mil toneladas de cobre. As empresas garantem que o projeto é sustentável e não oferece nenhum risco para o meio ambiente. No entanto, os moradores da região desconfiam dessa promessa de segurança, lembrando os efeitos do vazamento de mercúrio nas instalações da antiga Companhia Riograndense do Cobre, nas Minas do Camaquã, que ocorreu em 1981, deixando sequelas em diversas cidades.

Já em 2016, a empresa Votorantim protocolou o EIA/RIMA junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS (FEPAM). O documento apresentado pela empresa é inconsistente diante da realidade do bioma Pampa. As associações ambientais e de representação da economia local observam falhas no EIA-RIMA que poderiam comprometer a segurança não só dos agricultores da área como da biodiversidade do local, uma vez que o projeto está inserido em um dos pontos mais preservados do bio-

Nesta área, a uns 50 km do projeto Caçapava do Sul, também está em andamento o projeto Três Estradas, da empresa Águia Metais, associada à mineradora australiana Águia Resources Limited, que prevê a extração de fosfato a céu aberto em Lavras do Sul, por meio de perfuração e detonação.

Também, há dois sítios considerados de alta relevância em termos de patrimônio geológico, que figuram na lista de “Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil” e fazem parte do patrimônio Geológico Brasileiro. Essa mesma área faz parte do polígono Palmas/Bagé-Rincão do Inferno-Santana da Boa Vista, considerada de relevância extremamente alta para o Ministério do Meio Ambiente, que já possui indicação de criação de unidades de conservação.

Uma jazida de cobre, chamada Minas do Camaquã, foi explorada por mais de 100 anos, de 1865 a 1996, deixando como legado um lago contaminado e um passivo ambiental.

Os moradores da região desconfiam das promessas de segurança, lembrando os efeitos do vazamento de mercúrio na antiga Companhia Riograndense do Cobre, nas Minas do Camaquã, que ocorreu em 1981, deixando sequelas em diversas cidades.

ma Pampa. A FEPAM concluiu o parecer técnico com a análise que questiona a mineradora sobre diversos pontos, desde a descrição do empreendimento até as complementações sobre o inventário feito na fauna da região. Também é avaliada a convivência do empreendimento com as outras atividades, considerando todos os aspectos socioeconômicos nesse licenciamento.

Em uma área de alta diversidade e fragilidade ecossistêmica e de populações tradicionais, os dejetos do projeto ameaçam o Rio Camaquã, que deságua na Lagoa dos Patos e é a principal fonte de água de diversos municípios. Assim, o projeto tende a afetar a pesca artesanal, a irrigação, o consumo hídrico humano e animal, uma vez que toneladas de rejeitos ricos em sulfetos metálicos serão empilhados a seco nas encostas, às margens do Rio Camaqua, carregando drenagem ácida e metais tóxicos dissolvidos para este valioso curso d'água por dezenas de anos durante e após o fechamento da mina. Tal empreendimento coloca em risco todo o entorno da região, as Guaritas de Caçapava do Sul, os territórios e a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã.

A EMPRESA: **GRUPO VOTORANTIM**

O grupo Votorantim, que iniciou as atividades com uma fábrica de tecidos no interior de São Paulo, e logo em seguida passou a investir no setor de cimento, geração de energia e alumínio, completou cem anos em 2018. As empresas que compõem o grupo Votorantim são de **diversos setores** e estão presentes em 20 países, incluindo o Brasil, sendo um dos maiores grupos empresariais do país.

As operações da empresa consistem em megaprojetos responsáveis por afetar muitos territórios brasileiros, incluindo o bioma Pampa. Mais recentemente, um novo projeto de mineração de chumbo metálico na baía do rio Camaquã tem impactado as comunidades que vivem lá e se sustentam nas áreas rurais. A empresa Nexa, do Grupo Votorantim, em 2016 anunciou o maior projeto de mineração de metais do Rio Grande do Sul em associação com a canadense IamGold.

A Nexa Resources, o novo nome dado a Votorantim metais, uma produtora de zinco com mais de

Cimento, metais e mineração, siderurgia, energia, celulose, suco de laranja e financeiro.

60 anos de experiência no desenvolvimento e operação de ativos de mineração e metalurgia na América Latina. Em 2017, com receita líquida consolidada de R\$ 27,2 bilhões, o lucro líquido do Grupo Votorantim foi de R\$ 810 milhões. Segundo o Relatório Anual de 2016, apresentado pela própria Nexa, somente ela teve uma receita líquida de 1,8 bilhões de dólares. Na etapa inicial do empreendimento Caçapava do Sul a companhia estima investir R\$371

foto Mariana da Matta

RESIS TÊNCIAS

As organizações que estão se mobilizando pela defesa do rio Camaquã, estão cientes dos prejuízos que poderão ser causados pela instalação do projeto de mineração, que extrapolam a esfera da destruição dos recursos naturais e paisagens, comprometendo também esse modelo de desenvolvimento, que não é em prol das comunidades locais. Além dos problemas ambientais, uma das principais preocupações das organizações é que se repita o panorama vivenciado a partir de 1996, quando ocorreu o encerramento das atividades, deixando para trás um passivo de

impactos ambientais até hoje presentes, abandono social e declínio econômico individual e coletivo na região.

A União pela Preservação do Rio Camaquã (UPP) originou-se para lutar contra a mineração nas margens e cabeceira do Rio Camaquã, com o lema “Mineração, aqui não!”. A organização faz o alerta de que as empresas estão se infiltrando nos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios, ocupando algumas cadeiras para representar as indústrias de mineração. O Projeto conta com o apoio dos órgãos públicos estaduais, no qual a elaboração do Plano Estadual de Mineração conta com a participação das empresas, mas sem ouvir a sociedade civil, adverte o grupo. Isso tudo demonstra o propósito de alterar a matriz produtiva do Pampa gaúcho em prol do capital.

A Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) também manifesta apreensão diante do Projeto Caçapava do Sul: “A preocupação é total, é uma ameaça ao setor produtivo, conquistamos um espaço com muito esforço”. A associação abrange oito municípios da parte superior da bacia do Rio Camaquã e tem promovido a organização social dos pecuaristas familiares da região em torno da Rede Alto Camaquã. Essa rede é formada por 24 associações e opera em defesa de uma estratégia de desenvolvimento que visa a valorização dos recursos locais (naturais e culturais) e a promoção de produtos locais.

milhões no empreendimento.

Desde 2016, ano em que a empresa protocolou seu plano junto à FEPAM, teve início nos municípios ao redor do local onde se instalará o projeto, campanhas publicitárias reforçando para a população a “tradição mineradora” da região, se referindo ao projeto de Minas do Camaquã. Desde janeiro de 2016, Caçapava do Sul conta com a Parceria Votorantim pela Educação (PVE), um programa que busca “contribuir para a qualificação da rede municipal de ensino”. A iniciativa está sendo implantada pela Votorantim Metais Holding, em parceria com o Instituto Votorantim. Atu-

almente, o Instituto do Grupo Votorantim possui programas em quatro municípios do Rio Grande do Sul: Caçapava do Sul, Esmeralda, Esteio e Pinheiro Machado. Em Caçapava do Sul três estão vigentes: Apoio à Gestão Pública, Parceria Votorantim pela Educação (PVE) e o Programa ReDes. A empresa utiliza destes espaços para levar o discurso da “preservação”, uma preservação sem gente, tirando a autonomia de uso das populações, mas não a propriedade.

A empresa já realizou duas audiências públicas para apresentar o tema à população: uma na zona central do município de Caçapava do Sul e outra na comunidade Minas do Camaquã. Líderes de municípios vizinhos recorreram ao Ministério Público para pedir mais informações sobre o projeto, porque entendem que o impacto de uma mina de três cavas a céu aberto ultrapassaria os limites de Caçapava do Sul.

Criado em 2002, o Instituto Votorantim é o núcleo de inteligência social das empresas investidas da Votorantim e trabalha com a geração de valor compartilhado. O instituto atua através de “projetos sociais” nas localidades de atuação da Votorantim.

Desde o início do século XVI, os portugueses começaram a explorar o Vale do Ribeira através da atividade mineral, com o uso de mão de obra escrava. Com a abolição do trabalho escravo e o plantio de grãos ganhando maior importância no mercado nacional e internacional, os capitalistas passam a investir nas regiões em que o terreno é favorável a esta prática econômica. Sendo assim, muitos negros e negras ocupam a região do Vale do Ribeira, sejam aqueles que já estavam ali ou os que são refugiados de outras regiões e encontraram no local uma alternativa de moradia. Os negros fixaram-se mata adentro, dando origem à diversos quilombos e formando a maior concentração de comunidades remanescentes de quilombolas.

VALE DO RIBEIRA VS. GRUPO VOTORANTIM

Localizado no sul do estado de São Paulo e ao leste do estado do Paraná, o Vale do Ribeira é a maior área contínua de Mata Atlântica remanescente do Brasil, uma região fortemente caracterizada pela sua rica sociobiodiversidade, que forma um mosaico de rios, matas, vales, animais, alimentos, cultura. As comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadores, caiçaras, caboclos e pequenos agricultores familiares) que ali habitam, há séculos conseguem viver em harmonia com a biodiversidade natural, onde seus modos de vida contribuem para a preservação da diversidade ecológica e compõem o mosaico do Vale do Ribeira.

A luta faz parte da história destas comuni-

dades, que resistem para que seus modos de vida não sejam aniquilados. Estudos antropológicos revelam a existência de comunidades quilombolas que possuem tradição de até 300 anos de ocupação no Vale, como é o caso da Comunidade de Ivaporunduva. Estas comunidades tiveram que adaptar-se ao terreno que ocupavam, para alimentar-se foram cultivando os alimentos propícios ao tipo de solo que ocupavam: banana, café, milho, mandioca, cana de açúcar, além da pesca, de alimentos e de estratégias de manuseio que estão presentes até hoje em seus cotidianos, sejam nas receitas alimentares, sejam como alternativa de renda. Assim reinventam a vida possível nesta extensa localidade.

A presença de inúmeras comunidades tradicionais tornou possível a conservação destas áreas. Na região estão presentes 24 aldeias indígenas da etnia guarani, 66 comunidades quilombolas e 7.037 estabelecimentos da agricultura familiar que envolvem camponeses tradicionais (os caipiras), pescadores tradicionais (caiçaras) e migrantes oriundos das metrópoles brasileiras, em geral, filhos de pais agricultores expulsos da terra no passado e empurrados para áreas urbanas, que agora retornam à atividade rural.

Diante do sentimento de insegurança e de incerteza se a barragem seria construída, muitas famílias venderam suas terras e migraram até os grandes centros urbanos. Já as comunidades quilombolas sob a ameaça de verem sua história ser engolida em prol do capital, começaram a se organizar para enfrentar esse desafio, resultando na formação do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), em 1990. A partir de então, o **MOAB mobiliza várias lutas estratégicas** a fim de impedir a construção da barragem que traria

Esse movimento de lutas também foi relevantes para o reconhecimento da existência dos inúmeros quilombos que resistem há tantos anos e não possuem suas terras demarcadas.



um gigantesco passivo ambiental ao Vale do Ribeira.

Após 28 anos de luta, em 2016, o IBAMA indeferiu, definitivamente, a construção da usina hidrelétrica Tijuco Alto, concretizando uma vitória histórica. Todo o dia 14 de março é celebrado na região o Dia Internacional de Luta contra Barragens, organizado pelo MOAB, EAACONE, CONAQ e outras organizações parceiras.

O “MUSEU” LEGADO DAS ÁGUAS: A CONSERVAÇÃO INTOCÁVEL

Na década de 1950, a Votorantim iniciou um processo de conservação de florestas naturais em torno de suas operações. Segundo o grupo, em uma dessas áreas, a floresta foi “protegida” até as nascentes dos rios, “com o intuito de garantir o fornecimento de água para as sete usinas hidrelétricas que construímos na região do Vale do Ribeira ao longo de quatro décadas”. Essa área deu origem ao “Legado das Águas”, a maior “reserva privada de Mata Atlântica do país”, com 31 mil hectares. Aproveitaram para utilizar uma imensa área de mata conservada como oportunidade de negócio para “promover o desenvolvimento socioeconômico territorial e gerar valor compartilhado”.

A Reservas Votorantim LTDA é uma empresa da Votorantim S.A criada para gerir seus “ativos ambientais”. Sob sua responsabilidade está a administração do “Legado das Águas”, localizada no Vale do Ribeira entre os municípios de Juquiá, Tapiraí e Miracatu (SP). Este legado apropriado para limpar a imagem do

fotos Mariana da Matta



grupo foi construído pela aquisição de diversas áreas entre as décadas de 1920 e 1950 pela Votorantim.

Como se as inumeráveis queixas das comunidades afetadas pela Votorantim não bastassem, a empresa se apresenta como protetora da água e da biodiversidade, por seu polêmico projeto denominado “Legado das Águas”. Este ponto é também onde converge nossa luta comum contra a financeirização da natureza, que é usada para capturar políticas ambientais e privatizar a biodiversidade para justificar a expansão de projetos extrativistas e do agronegócio, gerando novas fontes de lucro para essas empresas, que agora são promovidas como vendedores de bancos de espécies ou “compensação ambiental” (prevista no Novo Código Florestal) para seus próprios projetos que não respeitam a vida. Ou seja, os empreendimentos de extração e usurpação dos bens comuns pelas empresas do Grupo Votorantim ferem as comunidades até quando pretendem “preservar a natureza”, invisibilizando seu papel no cuidado do território e ainda criminalizando a sua presença nessa “natureza intocada depois de privatizada”. Essa é uma prática comum quando se trata de megaprojetos de extração do recursos naturais.

Os relatos das comunidades quilombolas que viviam no local hoje conhecido como “Legado das Água” é de total desrespeito. Muitas famílias foram expulsas para que o projeto de conservação ambiental fosse implementado. Outras que resistiram e vivem em volta da áreas privada relatam que o diálogo com o Instituto Votorantim que coordena o Legado das Água é praticamente inexistente. Além do mais, as comunidades explicitam alguns problemas, como por exemplo a dificuldade de acesso à água.

MULHERES: DEFESA DO TERRITÓRIO POR MEIO DA AGROECOLOGIA

Desde 2016, os conflitos agrários e ambientais no Vale do Ribeira voltaram a aumentar com a recente aprovação de leis que facilitam a gestão privatizada dos parques naturais e fomentam mecanismos de financeirização. Utiliza-se as áreas no Vale do Ribeira como compensação ambiental para o gerenciamento de áreas degradadas no mesmo bioma em outras regiões do país, conforme estabelecido pelo

Código Florestal Brasileiro, aprovado em 2012, apesar da forte oposição. Tais mecanismos integram o conceito de “economia verde” e buscam estabelecer controles sobre a natureza por parte de grandes corporações financeiras, com a exclusão da população que vive na região.

O capitalismo tem reduzido a natureza a um recurso incorporado ao ciclo de produção na forma de matéria-prima. A economia verde expande esta lógica transformando novas partes fragmentadas da natureza, como a absorção de gás carbônico e a polinização, em mercadoria. As comunidades tradicionais, em particular, não operam nesta lógica em que o ser humano está separado, é considerado superior e domina a natureza.

As experiências que envolvem a agroecologia e a economia solidária têm sido cada vez mais parte da resistência destes povos. Na Barra do Turvo, localizado no Vale do Ribeira, as mulheres agricultoras e quilombolas têm construído, junto à rede de grupos de consumo de São Paulo, um circuito alternativo ao mercado dos atravessadores e do agronegócio da região. Ao mesmo tempo, outras redes populares, com apoio de movimentos sociais, têm se concretizado para debater e valorizar as experiências locais como uma resistência a este modelo de ocupação e financeirização da natureza.

As mulheres têm percebido mudanças nos ambientes: a poluição dos rios, mortes de peixes, doenças nas crianças, o agrotóxico pulverizado, novas doenças e pragas nas plantações. E são elas quem também têm mantido a biodiversidade do território: coletam e guardam sementes, trocam mudas de plantas e receitas antigas, criam animais no terreiro e plantam sem agrotóxicos:



É justamente porque nós transitamos no território que a preservação da diversidade existe. Não tem lógica limitarem nossas trocas com a natureza e colocarem cercas dizendo que é para preservação. E, depois da cerca colocada, aparecer projetos para ensinar a gente a fazer manutenção das sementes

PRESERVAÇÃO PARA QUE(M)?

Onde que está a biodiversidade de nosso país? Onde que está o ar puro? Onde está a água limpa? Onde estão os topos de morro, que é interesse para a mineração? Estão onde vivem os povos e comunidades tradicionais.

A economia verde é a forma que possibilita que um determinado território sirva de compensação para danos ambientais que normalmente vão estar acontecendo em outros territórios, ao mesmo tempo para que o mercado se aproprie dos bens dos território preservados. A expulsão dos povos e comunidades quer se justificar pela proteção da natureza, como se não fossem estes povos e comunidades que vêm conservando a biodiversidade ainda existente no país.

Muda a região, muda-se a estratégia, mas a violência, a opressão, a criminalização, e as violações de direitos são semelhantes nos territórios. O processo é o mesmo. É o capital, é o conglomerado de empresas, as multitransnacionais, que vêm em nosso ecossistema, nossas matas, nossos rios, nossos mares, um polo industrial para alimentação do capital.

A mineração impacta de forma significativa a vida da comunidade e dos territórios. Modelo de conservação do capital é aquele que não se pode mexer na natureza, privatizando os bens comuns, não sendo possível manejar as árvores, as plantas. O modo de vida quilombola, por exemplo, tem na sua essência o manuseio da natureza para a manutenção da sua sociobiodiversidade e reprodução do espaço.

Os bens comuns que ainda existem e estão preservados, devem-se à resistência das campesinas e campesinos, dos povos e comunidades tradicionais, das trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, que são a maioria e precisam de autonomia para decidir sobre a forma que serão utilizados. A financeirização da natureza vem para precificar os bens comuns, que são bens de uso comum do povo e devem ser preservados para as presentes e futuras gerações.

FONTES CONSULTADAS NESTA PESQUISA: Coletivo Catarsee; Instituto Socioambiental; Movimento pela Soberania Popular da Mineração; Movimento dos Atingidos por Barragens; Sempre Viva Organização Feminista (SOF); Sul 21.

foto Luana Hanauer



foto União Pela
Preservação
do Camaquã





www.amigosdaterrabrasil.org.br

